

A Agricultura Familiar do Oeste Catarinense: repensando novas possibilidades

Milton Luiz Silvestro, Márcio Antônio de Mello e
Clovis Dorigon

No Brasil, a chamada Agricultura Familiar é o maior segmento em número de estabelecimentos agrícolas e tem significativa importância econômica em diversas cadeias produtivas. Apesar disso, este segmento ainda não foi incluído de forma definitiva nas políticas de apoio ao desenvolvimento rural brasileiro. É preciso, portanto, revisar a política agrícola nacional, no sentido de reconhecer a importância econômica e social desses agricultores no processo de desenvolvimento.

O presente texto discute algumas questões relevantes para a Agricultura Familiar do Oeste Catarinense. Faz-se inicialmente uma rápida discussão sobre a conceituação e a importância desta forma de produção. Na sequência é descrita sua trajetória na região, a articulação com a agroindústria, o processo de exclusão e suas consequências. Finalmente, são abordados os espaços que se configuram e são identificadas algumas oportunidades que se apresentam para a Agricultura Familiar, bem como as condições necessárias para o seu fortalecimento.

Conceituação e importância da agricultura familiar

A Agricultura Familiar é uma forma de produção presente no mundo todo. Estas unidades de produção apresentam alto grau de heterogeneidade, diferenciando-se entre si nas condições objetivas de produção (superfície, grau de mecanização, nível técnico, capaci-

dade financeira, etc.), no grau de inserção no mercado e nas políticas de apoio que lhes são destinadas. Existem, assim, diferentes tipos de agricultores familiares (1 e 2).

Não é objetivo deste trabalho aprofundar a discussão teórica sobre a conceituação e as especificidades da Agricultura Familiar. No Brasil, vários autores tratam deste tema (1, 3). Para as análises deste texto, vamos considerar a unidade familiar de produção como sendo aquela em que propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família (2). Nesta lógica, a classificação de uma unidade de produção agrícola como familiar tem como principais critérios a predominância da mão-de-obra familiar e o gerenciamento por parte de um ou mais membros da mesma família. Tanto em situações tipicamente camponesas quanto naquelas com inserção total no mercado, existe um traço comum entre os diferentes tipos de agricultores familiares: a interdependência entre as atividades agrícolas e a organização familiar. Essa interdependência envolve questões mais complexas, como a transmissão do patrimônio e a sucessão familiar, que em determinada etapa da trajetória de vida destas unidades podem gerar conflitos capazes de colocar em risco a sua reprodução econômica e social.

O debate acerca das formas de produção agrícola surgiu da crise do modelo produtivista, do fracasso dos sistemas agrários coletivos e dos problemas socioeconômicos dos países do

Terceiro Mundo (2). No Brasil, o tema é mais recente e enfocou o debate que compara a agricultura até então considerada como “pequena produção” e que começou a ser denominada familiar, com a chamada agricultura patronal, e levantou dois questionamentos importantes. Primeiro, foi questionado o modelo patronal como forma de produção agrícola capaz de garantir a segurança alimentar e a equidade social. Segundo, introduziu na agenda de discussão a Unidade Familiar de Produção como alternativa para a produção agrícola no país, retirando dela o estigma de segmento que deveria ser tratado apenas com políticas e programas sociais, reconhecendo finalmente sua importância econômica.

A maior parte da produção agrícola mundial provém de estabelecimentos familiares (1). A forma familiar de produção agrícola teve seu desenvolvimento apoiado em todos os países capitalistas centrais e em alguns países capitalistas periféricos que tiveram sucesso econômico. Ao reconhecer e estimular esta forma de produção, os países capitalistas centrais, além de garantir a segurança alimentar, possibilitaram o nascimento entre os agricultores de uma classe média forte que contribuiu decisivamente para criar um mercado interno dinâmico que ajudou a impulsionar o desenvolvimento (3).

No Oeste Catarinense, projetando-se os dados dos censos municipais (4), estima-se que são cerca de 80 mil os estabelecimentos familiares, que



têm sido o fundamento do desenvolvimento do setor agrícola, contribuindo decisivamente para a formação econômica regional.

A Agricultura Familiar no Oeste Catarinense

Desde seu início, esta forma de produção tem-se caracterizado pela pequena propriedade, pelo trabalho familiar, pela diversificação agrícola, com renda advinda das lavouras de milho, feijão, trigo e da pecuária, sobretudo da suinocultura. Do ponto de vista do sistema produtivo, caracterizou-se um quadro de policultura hierarquicamente subordinada à suinocultura. A suinocultura foi a âncora sobre a qual se estruturou o sistema produtivo, constituindo-se na principal fonte de renda da maioria dos agricultores familiares, que estabeleceram relações de parceria com as agroindústrias surgidas na região a partir da década de 40. No início dos anos 60, o Estado entrou com algumas políticas de apoio, principalmente com o crédito subsidiado, incentivando na região um modelo de produção agrícola alicerçado no binômio (milho x suínos) com inserção dinâmica no mercado. Dentro desta estrutura produtiva, podemos dizer que o processo de integração não eliminou as formas tradicionais da organização familiar diversificada. Passou a existir uma convivência harmoniosa entre a atividade industrial, as atividades de comercialização tradicionais e atividades de subsistência, tudo dentro de uma concepção ecologicamente considerada correta (5).

A partir do início dos anos 80, a agricultura familiar da região passou a sofrer uma dupla ruptura – no campo econômico e no campo social – que desencadeou um processo de profunda crise. Por um lado, as possibilidades objetivas de melhorar o desempenho econômico das unidades produtivas encontram-se cada vez mais limitadas. Por outro, os jovens agricultores na sua grande maioria, não estão mais dispostos a continuar nas mesmas condições, as atividades profissionais de seus pais.

No campo econômico, através de políticas de favorecimento, começa a surgir um processo de especialização na suinocultura, com a introdução de economias de escala mal dimensionadas que ultrapassaram os limites da produção diversificada e que quebraram a lógica de funcionamento da agricultura familiar. Existem indicadores que este processo tenha inclusive aumentado os custos de produção ao longo da cadeia produtiva.

Desta proposta de estrutura produtiva, surgem dois reflexos que impactam de forma negativa a região: a exclusão de agricultores e a agressão ao meio ambiente pela utilização inadequada dos dejetos dos suínos. A crise que atualmente vive a região permite afirmar que a política de concentração da suinocultura foi econômica, social e ambientalmente equivocada.

Ainda no aspecto econômico, outros fatores além da exclusão, ou mesmo por causa dela, contribuíram para agravar o quadro de crise vivido atualmente: diminuição do volume de recursos de crédito agrícola e aumento das taxas de juros; esgotamento dos recursos naturais, explorados acima de sua capacidade; redução da rentabilidade de alguns produtos tradicionais especialmente milho, suínos e feijão. Além destes fatores conjunturais, contribuíram também para a crise fatores estruturais, como: grande distância dos principais mercados consumidores; escassez de terras aptas para culturas anuais, que somam apenas um terço da área total da região; esgotamento da fronteira agrícola; estrutura fundiária excessivamente subdividida, onde, em geral, os menores estabelecimentos concentram os solos mais declivosos e pedregosos. A ação conjunta destes fatores gerou um quadro de descapitalização de significativa parcela dos estabelecimentos agrícolas, refletindo-se na dificuldade de criar oportunidades de trabalho e intensificando o êxodo rural.

Quanto à questão social, o fenômeno mais expressivo é o êxodo, que atinge hoje principalmente as popula-

ções jovens, que são as forças vitais de renovação desta forma de agricultura. Ao envelhecimento, soma-se mais recentemente um severo processo de masculinização, pois as moças estão deixando o campo antes e numa proporção maior que os rapazes. O êxodo acentuado de jovens, faz emergir aquilo que podemos chamar de “questão sucessória” na agricultura: que é quando a formação de uma nova geração de agricultores perde a naturalidade que era vivida até então pelas famílias, pelos indivíduos envolvidos nos processos sucessórios. Pesquisa desenvolvida no Oeste Catarinense (6) mostra que 35% dos estabelecimentos agrícolas não sabem se terão um sucessor. Uma propriedade nesta condição certamente não realizará os investimentos necessários para ter acesso às novas oportunidades e enfrentar os novos desafios que lhes serão colocados. A chamada “questão sucessória” se constitui, portanto, na mais recente ameaça que pesa sobre a agricultura familiar da região.

Todos os fatores acima mencionados contribuíram para que a agricultura familiar da região sofresse um intenso processo de diferenciação socioeconômica, originando um universo de agricultores altamente heterogêneo. Na Tabela 1 pode-se verificar este fenômeno da diferenciação, que é na verdade um dos reflexos da crise.

Embora o nível de renda seja apenas um dos critérios para uma estratificação social das propriedades, ele se mostra adequado para compreender a dinâmica de funcionamento, as potencialidades e os limites de cada segmento de propriedades. No box 1 fazemos uma rápida caracterização de cada um dos três estratos.

Proposições para o Desenvolvimento Sustentável com base na Agricultura Familiar

As propostas aqui apresentadas são de natureza econômica, mas buscando a inclusão social e a sustentabilidade. Baseiam-se fundamental-

Agricultura familiar

mente nos estudos desenvolvidos na Epagri/Centro de Pesquisa para Pequenas Propriedades – CPPP.

Para a busca de alternativas visando construir espaços de permanência para a Agricultura Familiar, uma questão é central e precisa ser considerada. Visto apenas como a base física da produção agrícola, o meio rural dificilmente escapa à tragédia do esvaziamento social, econômico, político e cultural. O meio rural precisa agora ser considerado como a base de um conjunto diversificado de atividades (7). Por isso as alternativas devem necessariamente incluir atividades agrícolas

e não-agrícolas.

Verificando os impactos para o conjunto da economia regional, fica claro que o padrão tradicional de integração e de articulação com a grande agroindústria vem provocando marginalização e exclusão, além de agressão ao meio ambiente. Diante disto, propõe-se a desconcentração da suinocultura visando dar oportunidades a um maior número possível de agricultores, atendendo às exigências do mercado, dos consumidores, de processos produtivos e sem danos ao meio ambiente. Esta proposta considera como premissa básica a defesa de um sistema de produção diversifica-

do, e não de especialização.

Outro caminho é o que estamos chamando de reconversão espontânea. Ele está sendo construído dentro do processo produtivo atual, com os recursos existentes, de conhecimentos tecnológicos e organizacionais já acumulados e que não implicam portanto uma ruptura muito grande, tanto em termos da organização da produção, quanto da inserção no mercado. A atividade a ser defendida, neste caso, é a produção leiteira, que entra como atividade principal dentro de um sistema diversificado de produção junto com as demais atividades tradicionais.

Um terceiro caminho está sendo construído através do apoio à formação de uma rede de agroindústrias de pequeno porte no meio rural, buscando mercado através de formas associativas, não para concorrer com as maiores, mas para atuar numa faixa de mercado específica de produtos “coloniais” diferenciados dos obtidos em grandes escalas. A construção desta estratégia autônoma de agroindustrialização e de agregação de valor é um processo complexo, porque traz junto a necessidade de criação de novas formas organizacionais de produção e de inserção no mercado. Envolve complexas relações de participação entre indivíduos e o coletivo. É preciso também realizar a gestão de novos empreendimentos, lidar com novos mercados e com os organismos financiadores, experiências até então ainda não vividas pelo conjunto dos agricultores da região.

Nesta proposta, está em jogo um complexo processo de aprendizado. O grande desafio que se coloca para a região é desenvolver um ambiente institucional favorável a essas experimentações como forma de obter um conjunto de informações necessárias para a consolidação de novas alternativas econômicas dinamicamente inseridas no mercado. Como se trata de um caminho de inovações e de aprendizado, nele também está implícita a possibilidade do fracasso. Neste sentido, os custos envolvidos neste processo não devem ser absorvidos

Box 1

Agricultores consolidados – são representados por aquelas unidades cuja atividade agrícola tem possibilitado a reprodução da família e também um certo nível de investimento e acumulação. No entanto, vale ressaltar que, em função da baixa renda da atividade agrícola verificada nos últimos anos, este segmento de agricultores também não tem garantia da sua consolidação econômica.

Agricultores em transição – são aquelas propriedades que vivem da agricultura, mas não conseguem realizar investimentos. A idéia de transição mostra que a trajetória socioeconômica desses agricultores pode ser ascendente ou descendente, dependendo das políticas a eles direcionadas (crédito, assistência técnica, novas oportunidades de renda).

Agricultores periféricos – apesar de sua importância social, sua renda não é suficiente para que vivam das atividades realizadas no interior do próprio estabelecimento, tendo em vista as alternativas de produção e mercado ao alcance destes agricultores. Acredita-se que a maioria deles dificilmente se viabilizará economicamente somente na atividade agropecuária.

Tabela 1 – Classificação socioeconômica dos agricultores familiares do Oeste Catarinense segundo a capacidade geradora de renda

Tipo	Presença ^(A) (%)	Renda mensal ^(B) (VA/PO)
Familiar consolidada	12	Mais de três salários mínimos
Familiar em transição	29	Um a três salários mínimos
Familiar periférica	42	Menos de um salário mínimo

(A) Os demais agricultores pertencem ao estrato “patronal” (1%) e “não-agrícola” (16%).

(B) VA – O valor agregado de cada propriedade rural foi definido como a diferença entre o valor bruto da produção (VBP) e os custos variáveis da produção (despesas). Da forma como foi calculado, o valor agregado representa a Margem Bruta mais o consumo interno da propriedade. Isto significa que o valor agregado por pessoa ocupada é um saldo disponível para remunerar a mão-de-obra familiar.

PO – Pessoa efetivamente ocupada na propriedade.

Fonte: Epagri (1998)(4).

somente pelos agricultores. O Estado tem um importante papel no fornecimento dos meios, sobretudo dos recursos econômicos necessários.

O êxodo acentuado de jovens, remete para a questão da formação de uma nova geração de agricultores e para uma indagação absolutamente necessária: Quem serão os responsáveis pela gestão da agricultura e do meio rural do Oeste Catarinense daqui para a frente? Deixar que as próprias unidades familiares de produção respondam a essa questão é perder a oportunidade de utilizar socialmente vocações e capacidades profissionais e sobretudo encarar como fatalidade inelutável o esvaziamento social, econômico e cultural que ameaça a Região Oeste Catarinense e tantas outras regiões brasileiras onde predomina a Agricultura Familiar (6).

A mobilidade espacial da população rural do Oeste Catarinense – especialmente dos jovens – não permite que se pense em qualquer forma de “fixação do homem ao campo”. A permanência da população local passa pela revitalização do meio rural, ampliando as chances de realização profissional dos jovens. Para que isso aconteça, no mínimo quatro medidas são necessárias: conciliar o desejo de muitos agricultores aposentados de vender suas propriedades com o projeto de tantos jovens que ainda gostariam de construir seu futuro no campo; valorizar as atividades rurais não-agrícolas como forma de atenuar o desinteresse das moças pela agricultura tradicional; ampliar o espaço de participação dos jovens na comunidade, na família e nas decisões da propriedade; oferecer aos jovens programas de capacitação e linhas de crédito que propiciem a base material de sua afirmação como futuros agricultores.

Considerações finais

O apoio à Agricultura Familiar, tem-se constituído numa das principais estratégias básicas para o sucesso econômico de regiões e países em

várias partes do mundo. Tardiamente, no Brasil, a competitividade da Agricultura Familiar entrou na pauta das discussões. O preconceito comum em nosso país de que apoiar a Agricultura Familiar é paternalismo não se sustenta nos fatos. O Brasil, apenas nos últimos anos, acordou para essa realidade criando o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf –, a primeira tentativa de apoio político específico para a Agricultura Familiar da história do país. O aperfeiçoamento do Pronaf, visando ampliar o seu acesso, poderá ter grande e positiva repercussão econômica e social.

A Agricultura Familiar, de produção diversificada e inserida no mercado, predominante no Oeste Catarinense é economicamente competitiva, social e ambientalmente benéfica, tem condição de absorver as melhores tecnologias e responde adequadamente às políticas de apoio. A crise atual não é decorrente da forma de produção familiar na agricultura, mas da falta de compreensão, por parte dos responsáveis por decisões empresariais e políticas e do potencial dessa forma de produção, desde que convenientemente apoiada.

O desafio que se coloca para a sociedade de forma geral e para o serviço público em particular, é buscar a competitividade da produção agrícola familiar da região simultaneamente com a equidade social e a sustentabilidade ambiental.

As sugestões para viabilidade dessa proposta de fortalecimento da Agricultura Familiar passam pela readequação das atividades tradicionais, pela introdução de novas opções, agrícolas e não-agrícolas, e pela criação de instrumentos de apoio à instalação de jovens agricultores. O momento requer a busca de novas formas de aprendizagem, novas formas de organização da produção familiar e novas formas de inserção no mercado. Para que isso aconteça são necessários arranjos institucionais comprometidos com o desenvolvimento regional.

Literatura citada

01. ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: Hucitec/Unicamp, 1992. 265p. (Estudos Rurais, 12).
02. LAMARCHE, H. *A agricultura familiar*. Campinas: Unicamp, 1993. 336p.
03. VEIGA, J.E. da. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: USP/Hucitec, 1991. 219p. (Estudos rurais, 11).
04. EPAGRI. *Censos municipais*. Concórdia: Epagri/Icepa, 1999. (mimeo).
05. WILKINSON, J. *Cadeias produtivas para a agricultura familiar*. Palestra proferida no III Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. Florianópolis, 1998.
06. ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.L.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I.T.; FERRARI, D.; TESTA, V.M. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Unesco, 1998. 101p.
07. ABRAMOVAY, R. *Sete desafios para o desenvolvimento territorial*. São Paulo: FEA/USP, 1999. 7p. (Mimeo).

Milton Luiz Silvestro, eng. agr., M.Sc., Cart. Prof. 5.472-D, Crea-SC, Epagri/Centro de Pesquisa para Pequenas Propriedades, C.P. 791, fone (049) 328-4277, fax (049) 328-6017, 89801-970 Chapecó, SC, e-mail: miltons@epagri.rct-sc.br; **Márcio Antonio de Mello**, eng. agr., M.Sc., Cart. Prof. 7.321-D, Crea-SC, Epagri/Centro de Pesquisa para Pequenas Propriedades, C.P. 791, fone (049) 328-4277, fax (049) 328-6017, 89801-970 Chapecó, SC, e-mail: marcio@epagri.rct-sc.br; **Clovis Dorigon**, eng. agr., M.Sc., Cart. Prof. 7.293-D, Crea-SC, Epagri/Centro de Pesquisa para Pequenas Propriedades, C.P. 791, fone (049) 328-4277, fax (049) 328-6017, 89801-970 Chapecó, SC, e-mail: dorigond@epagri.rct-sc.br.

□